



Bella Civilia: as guerras civis na Gália Merovíngia na visão de Gregório de Tours

Bella Civilia: the civil wars in the Merovingian Gaul by Gregory of Tours vision

Edmar Checon de Freitas¹

Resumo: Este artigo discute a utilização nos *Libri Historiarum* de Gregório de Tours (c.538-573) da expressão “guerras civis” (*bella civilia*), buscando identificar as concepções do autor com relação ao tema da guerra e do ordenamento cristão da Gália de seu tempo.

Palavras-chave: Gregório de Tours – Gália Merovíngia – Guerras civis.

Abstract: This paper discusses the use of "civil wars" (*bellum civilia*) in the Gregory of Tours' (c.538-573) *Libri Historiarum*, seeking to identify the author's ideas regarding the theme of war and the Christian order in the Gaul of his time.

Keywords: Gregory of Tours – Merovingian Gaul – Civil Wars.

O período em que a Gália franca esteve sob o domínio dos merovíngios costuma ser associado a uma época de instabilidade, guerras fratricidas e destruição. Veja-se, por exemplo, o que diz Jacques Heers (1999: 21):

A história dos filhos e dos netos de Clóvis, a partir de então, foi apenas a de uma seqüência inextricável de conflitos familiares, intrigas, assassinatos e guerras civis. Ensanguentaram e enfraqueceram todas as regiões francas [...].

Palavras semelhantes às de Jean Favier (2004: 20) que, ao falar dos merovíngios, se refere às “peripécias que cobrem de sangue, periodicamente, o reino franco e a descendência de Clóvis.” Exemplos dessa natureza se multiplicam em nossos livros didáticos, contribuindo para a fixação de uma imagem do mundo merovíngio violento e desordenado.

É inegável que as guerras entre os merovíngios foram bastante danosas para os homens e mulheres que sofreram seus efeitos no século VI, como o são

¹ Professor de História Medieval da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. *E-mail*: edmarcfreitas@gmail.com

todas as guerras. Também é verdade que se tratava de tempos violentos, mesmo quando em épocas de paz. Mas o que merece ser discutido aqui é o quão específico seria tal fato do mundo merovíngio.

Em outras palavras, seria a Gália merovíngia nesse particular muito diferente da carolíngia ou dos demais reinos germânicos dos primeiros tempos medievais? Nosso propósito aqui é lançar alguma luz sobre esse ponto, buscando identificar na principal fonte que nos permite acessar tal mundo elementos que contribuíram decisivamente para a fixação dessa imagem distorcida da Gália merovíngia. Referimo-nos aos *Libri Historiarum*, de Gregório de Tours.

I. A Gália franca e a ascensão merovíngia

De piratas e saqueadores, os francos converteram-se, ao longo do século IV, em fiéis aliados do Império Romano. Francos como Arbogasto, Merobaudes, Bauto e Ricomer foram importantes comandantes militares no final desse século, os três últimos figurando nas listas consulares romanas (AMIANO MARCELINO, XXX,10; ZÓSIMO, IV 19,1; 33,1-2). Mas, já no final do século IV, tribos francas vindas do interior da Germânia iniciaram uma série de ataques ao norte da Gália, fato que se repetiria nas primeiras décadas do século seguinte.²

Também francos de um núcleo há muito assentado em território romano mostraram-se agressivos por essa época: em meados do século V os francos sálios, outrora instalados por Juliano na Toxandria, pilharam o interior da Gália (LH II,9).³ A repressão e diplomacia romanas reconduziram os francos (ou ao menos uma boa parte deles) à condição de aliados fiéis e é assim que os encontramos na batalha dos Campos Catalaúnicos, na qual tropas imperiais, em sua maior parte constituídas por legiões germânicas, bateram os hunos de Átila e os demais povos que lutavam sob seu comando (JORDANES, *Gettica*, 191-199).

A identificação com Roma e seu mundo são explicitadas de forma muito clara pela inscrição encontrada na tumba de um guerreiro franco, morto na Panônia: “Eu sou um cidadão franco, um soldado romano pelas armas” (FLETCHER, 1998: 101; JAMES, 1988: 42).⁴

² Seguiremos aqui M. Rouche (1996) identificando tais grupos como *francos renanos*. A denominação *ripuários* é mais tardia.

³ Identificaremos assim os *Libri Historiarum* de Gregório de Tours.

⁴ “Francus ego cives, miles romanus in armis”.

Na segunda metade do século V os francos consolidaram sua posição na Gália, ao passo que o Império Romano do Ocidente se desintegrou: os renanos estabeleceram um reino em Colônia e os sálios ampliaram seus domínios mais ao sul, liderados pelos descendentes de Clódio, mais tarde identificados como merovíngios, sobretudo Childerico (m.481) e seu filho Clóvis (481-511).

Este último, convertendo-se ao cristianismo católico em 496, granjeou o apoio do clero galo-romano e de boa parte da aristocracia local. Isso permitiu que ele ampliasse seus domínios, tomando a região ao sul do Loire dos visigodos, em 507 (batalha de Vouillé – LH II, 37) paulatinamente unificando os demais reinos francos sob seu controle (LH II, 40-42).

Os filhos e netos de Clóvis mantiveram a política paterna, ampliando os domínios francos, seja pela anexação de territórios (Burgúndia, em 534) ou pela imposição da tutela franca aos povos vizinhos. Mas depois da morte de Clóvis raramente tais domínios francos estiveram reunidos sob a autoridade de um único rei. As partilhas sucessórias atribuíam a cada herdeiro um território e a condição de rei dentro do mesmo, sendo a nosso ver mais apropriado falar na pluralidade de reinos francos nos séculos VI e VII do que pensar num único *regnum Francorum* fragmentado por tais partilhas.

Em boa parte como conseqüência das mesmas é que as guerras entre os merovíngios se desenrolaram na Gália. Mas é necessário aqui consideramos outros elementos. Em primeiro lugar, para os francos a guerra era também um negócio, uma forma de ampliar sua riqueza em terras, gado e tesouros diversos. Isso valia tanto para os reis quanto para os guerreiros em geral, sobretudo os mais poderosos dentre eles e que figuravam como fiéis companheiros dos monarcas merovíngios, seus *leudes* ou *antrustiões*.

A partilha do butim ampliava as fortunas particulares e permitia aos reis manter seus guerreiros e recompensar alguns de maneira especial, com terras e grandes riquezas. Assim formou-se uma aristocracia franca, que gradativamente fundiu-se à velha aristocracia galo-romana.

As guerras merovíngias agiam como um mecanismo de redistribuição de riqueza no interior de cada reino. Por isso não havia muita diferença em fazê-la contra povos vizinhos ou contra outro reino franco. Além disso, como observa Ian Wood (1994: 99-101), os conflitos entre reis merovíngios, derivados da competição pelos territórios advindos das partilhas sucessórias, absorviam a competição entre facções aristocráticas rivais. Reconhecia-se aos descendentes de Clóvis o direito exclusivo ao título régio, mas a pluralidade de

reinos oferecia espaço para que as rivalidades aristocráticas se materializassem no apoio a este ou aquele rei (ou pretendente ao trono).

A extinção de ramos da linhagem merovíngia, em boa parte devido a tais guerras, abriu caminho para a definição dos contornos mais precisos de um reino franco na Gália. Ou seja, as chamadas guerras civis, por mais destrutivas que tenham sido em termos materiais, contribuíram para a unidade franca: “As guerras civis merovíngias, pelo menos no século VI, eram centrípetas ao invés de centrífugas” (WOOD, 1994: 100; tradução nossa).

II. Gregório, bispo de Tours

É digno de nota que, mesmo considerando a perspectiva delineada por Ian Wood e indicada acima, os conflitos entre reis merovíngios continuam a ser pensados como guerras civis. Isso pressupõe uma unidade em torno de um Estado, a qual é ameaçada pelo confronto violento entre facções rivais. Tal não parece ser o caso dos reinos francos dos séculos VI e VII. A identificação das guerras entre merovíngios como civis é, no entanto, bastante antiga. Deve-se a uma testemunha ocular de boa parte delas, Georgius Florentius Gregorius, bispo de Tours entre 573 e 594, ano de sua morte.

Nascido por volta de 538, em Clermont (Auvergne), Gregório vinha de uma das famílias senatoriais da Gália, título do qual ele muito se orgulhava. Sua parentela, sobretudo do lado materno, comportava vários bispos. As sés episcopais de Langres, Lyon e Tours foram governadas por parentes de sua mãe, o mais famoso deles tendo sido seu tataravô, o bispo Gregório de Langres (m.539), já então venerado como santo.

Em sua homenagem é que Georgius Florentius adotou o nome pelo qual seria conhecido.⁵ Tendo perdido o pai por volta dos oito anos de idade, Gregório esteve em sua infância bastante ligado a seus tios Galo (m.551) e Niceto (m.573), respectivamente bispos de Clermont e Lyon.⁶

Essa forte tradição familiar eclesiástica conduziu Gregório rapidamente ao seio do clero, inicialmente como auxiliar de seu tio Niceto, em Lyon. Por volta de 563 ele já era diácono dessa Igreja. O mesmo caminho fora seguido por seu irmão mais velho, Pedro, diácono em Langres junto ao bispo Tetricus, seu tio-avô.⁷ A partir de 572 iniciou-se um dos mais movimentados períodos para a família de Gregório, no tocante a suas pretensões episcopais. Nesse ano

⁵ Georgius era o nome de seu avô paterno e Florentius o de seu próprio pai.

⁶ Galo era irmão de seu pai e Niceto de sua mãe, Armentária.

⁷ Tetricus era filho do outro Gregório, que fora bispo de Langres entre 506 e 539.

morreu Tétrico de Langres, e no ano seguinte faleceram os bispos Niceto de Lyon e Eufrônio de Tours, este último primo da mãe de Gregório. A tradição familiar poderia ser mantida pelo acesso dos irmãos Pedro e Gregório às funções episcopais.

A sucessão em Langres não foi favorável a Pedro, que acabou assassinado dois anos depois por conta das rivalidades então surgidas (LH V,5).⁸ Em Lyon a oposição a Niceto inviabilizou qualquer pretensão de Gregório em vir a sucedê-lo. Mas a morte de Eufrônio em Tours no mesmo ano criou uma nova oportunidade para Gregório. Contando com o favor do rei Sigiberto I (561-575) e de sua esposa Brunilda, bem como apoiado por Radegunda — asceta famosa que fundara um mosteiro feminino em Poitiers — Gregório tornou-se bispo de Tours em 573 (VENÂNCIO FORTUNATO, *Carmina* I, 5,3).⁹

À frente da igreja de Tours ele tomou parte em vários eventos políticos que marcaram o século VI. Na sua época a Gália era disputada pelos netos de Clóvis, filhos do rei Clotário (511-561).¹⁰ Em 575 o rei Sigeberto — que dominava a Tourraine — foi assassinado, passando a região para o controle de seu irmão Chilperico (561-584). Gregório, antigo aliado do falecido rei, teve de enfrentar a animosidade do novo senhor, tendo mesmo sido acusado de conspirar contra ele e por isso levado a julgamento (LH V, 49).

Em 584 Chilperico foi assassinado e a posição de Gregório tornou-se mais estável. Ele ganhou a confiança do rei Gontrão (561-592) e atuou mesmo diplomaticamente nas negociações entre este e Childeberto II (575-595).¹¹ Além de sua atuação política e pastoral, Gregório de Tours dedicou-se à difusão do culto dos santos e suas relíquias — especialmente São Martinho, patrono de Tours e São Juliano de Brioude, mártir cuja memória era venerada

⁸ Pedro conseguira fazer sucessor de Tetricus um parente de ambos, Silvestre, que morreu pouco tempo depois de assumir a cátedra episcopal. O filho de Silvestre responsabilizou Pedro pela morte de seu pai e por isso o matou.

⁹ Sigeberto I (561-575) era filho de Clotário I (511-561), este por sua vez filho de Clóvis (481-511). Radegunda (m.587) fora casada com o rei Clotário, mas conseguira permissão do marido para deixar a vida conjugal e abraçar a carreira monástica..

¹⁰ Clotário conseguira em 558 unificar os reinos francos, visto estarem extintas as descendências de seus irmãos Teuderico, Clodomiro e Childeberto. Os quatro haviam herdado os domínios de Clóvis, em 511. À morte de Clotário (561), uma nova partilha sucessória fez reis seus filhos Sigeberto, Gontrão, Cariberto e Chilperico. Morrendo Cariberto, em 567, iniciou-se um conflito entre os demais.

¹¹ Childeberto II (575-595) era filho de Sigeberto I e disputou o poder com Gontrão e mais tarde com Clotário II (584-629), filho de Chilperico. Ao lado da disputa entre os reis ficou famosa a guerra entre as rainhas Fredegonda (viúva de Chilperico e mãe de Clotário II) e Brunilda (mãe de Childeberto II). Após anos de conflito, Clotário II reunificou os reinos francos em 613.

em Clermont — trabalhando também na restauração e edificação de igrejas em Tours. Foi igualmente um ativo escritor, como ele mesmo atesta ao final de sua obra mais conhecida: “Eu escrevi dez livros de histórias, sete de milagres, um sobre a vida dos Padres e comentei o Saltério em um livro; também escrevi um livro sobre os ofícios eclesiásticos” (LH X,31).¹² As principais obras de Gregório que nos chegaram completas são:

- *Decem Libri Historiarum* (mais conhecida como *Historia Francorum*).
- *Liber in Gloria Martyrum*.
- *Liber in Gloria Confessorum*.
- *Liber de Passione et Virtutibus Sancti Iuliani Martyris*.
- *Libri de Virtutibus Sancti Martini Episcopi* (4 livros).
- *Liber Vitae Patrum* (VP).
- *De cursu stellarum ratio*.

Para nossos propósitos aqui nos interessa, sobretudo, a primeira dessas obras, da qual agora trataremos em particular. Como vimos na passagem reproduzida acima, Gregório identifica sua narrativa simplesmente como as “histórias”. Esse seria o título mais adequado que poderíamos lhe atribuir: *Historiae* ou *Libri Historiarum*.

A denominação tardia *Historia Francorum*, contudo, tornou-se de uso corrente, após manipulações do texto original gregoriano, já no século VII.¹³ Não se trata aqui apenas de uma questão de identificação. Ao se tomar o relato de Gregório como uma *História dos Francos* se está atribuindo ao autor uma intenção que ele não demonstrou ter, pois a narrativa gregoriana não se resume à história do povo franco, sua origem e ascensão na Gália, como tal título faria supor.¹⁴

Na verdade trata-se de um texto com ambições muito mais amplas. Inicia-se com a criação do mundo e chega até ao registro de acontecimentos dos tempos do próprio autor. Mas à medida que o relato avança no tempo ele focaliza cada vez mais a Gália e conseqüentemente o povo que a dominou a partir do século VI, facilitando sua identificação como *Historia Francorum*.

Gregório de Tours compôs os *Libri Historiarum* — assim como a maior parte de seus escritos — entre 580 e 590. Trata-se de uma narrativa extensa, cujos livros foram organizados da seguinte forma:

¹² “Decem libros historiarum, septem miraculorum, unum de Vitis Patrum scripsi, in Psalterii tractatum librum unum commentatus sum; de Cursibus etiam ecclesiasticis unum librum condidi”.

¹³ Para uma discussão acerca do título e da história textual dos *Libri Historiarum* veja-se W. Goffart(1987).

¹⁴ “A ‘history of the Franks’ had not been Gregory’s goal, but that is what his seventh-century public wished to read” (GOFFART, 1987, p.65).

- I: da criação do mundo à morte de São Martinho (397).
- II: do episcopado de Brício (sucessor de Martinho como bispo em Tours) à morte de Clóvis (511).
- III: da sucessão de Clóvis à morte do rei Teudeberto, seu neto (548).
- IV: do reinado de Clotário I ao assassinato do rei Sigiberto (575).
- V: reinados de Childeberto II e de Chilperico.
- VI: os últimos anos de Chilperico (assassinado em 584).
- VII - X: reinados de Childeberto II e Gontrão (592).¹⁵

É bastante significativa a diferença existente entre os quatro primeiros livros e os seis restantes, em termos de duração do período abordado. No livro I vários milênios são condensados em algumas páginas. O livro II ocupa-se de cerca de uma centena de anos, enquanto nos demais esse período vai decrescendo. Essa concentração permite uma apresentação mais minuciosa dos eventos presenciados pelo próprio autor, ou que sobre ele tiveram grande reflexo.

Essa mudança de ritmo é acompanhada por uma modificação na forma de composição do relato. Os livros de I a IV estão calcados no modelo das crônicas universais, remontando a Eusébio de Cesaréia, Jerônimo, Paulo Orósio e Sulpício Severo, textos, aliás, indicados por Gregório como fontes por ele utilizadas para compor sua narrativa (LH I, *Prologus*; I, 7; II, *Prologus*).

O livro V e os seguintes apresentam-se sob um outro formato. Neles Gregório aparece como o cronista que acompanha, ano após ano, os eventos que marcaram seu tempo. O pano de fundo é sempre a luta pelo poder real e as relações deste com a Igreja, mais especificamente o caráter ortodoxo ou não da fé dos soberanos, de acordo com a doutrina católica professada por Gregório.¹⁶ Trata-se de uma narrativa bastante variada. Ao lado das guerras e dos tratados diplomáticos, ele relata intrigas palacianas, revela segredos de alcova, nos dá notícias sobre epidemias, incêndios, fome, cometas que cruzam os céus, divulga histórias de milagres, narra a vida de homens por ele considerados santos, registra diversas sucessões episcopais e nos põe em contato com a vida na cidade de Tours.

¹⁵ Os últimos eventos mencionados por Gregório situam-se no ano 592. Ao final da narrativa ele acrescentou uma lista recapitulativa dos bispos de Tours, terminando com seu próprio episcopado. Isso traz a data da conclusão definitiva da obra para o ano 594, meses antes da morte de Gregório, ocorrida em 17 de novembro de 594 (ODO DE CLUNY, *Vita Gregorii*, 26).

¹⁶ Empregamos aqui o adjetivo católico no sentido que lhe atribui o próprio Gregório, que assim se define para explicitar sua fidelidade ao credo niceno. (LH I, *Prologus*).

É provável que os livros de I a IV constituíssem quando de sua redação uma obra completa, destinada a circular ainda durante a vida de Gregório. É o que sugere Martin Heinzelmann (2001: 108-115), que leva em conta os seguintes fatores: a significativa diferença entre o intervalo de tempo coberto por esses livros e o outro bloco (V-X); os indícios da existência de um fecho da narrativa ao final do livro IV, devido a presença de uma recapitulação do cômputo dos anos transcorridos desde a criação do mundo até a data de encerramento desse livro, o que não ocorre nos demais; a existência de dois prólogos antes do início da narrativa, um geral e outro específico para o livro I, esse último servindo na verdade como introdução para a narrativa em quatro livros; a omissão do nome de um monge ao qual Gregório atribui um milagre, pois estando o mesmo ainda vivo poderia ser tentado pela vanglória (LH IV, 34).

Por outro lado, os livros V a X seriam destinados à publicação póstuma. Não por acaso é justamente neles que a crítica do bispo de Tours aos reis de seu tempo é mais aguda, por vezes bastante mordaz. A discórdia e a guerra figuram nesse contexto como temas fundamentais. É hora de examinarmos mais de perto o tratamento dispensado por ele a tais temas.

III. *Bella Civilia*: guerra, pecado e castigo na visão de Gregório de Tours

De certo modo, a guerra surge como um dos elementos ordenadores das *Historiae* de Gregório de Tours como um todo. Ao anunciar seus propósitos o autor assim se expressa: “Ao escrever as guerras dos reis com os povos inimigos, dos mártires com os pagãos, das igrejas com os hereges, desejo primeiramente professar a minha fé, para que aquele venha a ler não duvide ser eu católico”.¹⁷ Mas notemos que dos tipos de guerras mencionados dois remetem aos conflitos religiosos, dentro dos quais o autor se insere ao professar sua fé. Assim, já na abertura de sua narrativa, Gregório sinaliza seu foco principal: a ordem cristã.

Considerando essa perspectiva, o material relativo ao rei Clóvis assume um papel de especial importância dentro da narrativa. O caráter guerreiro desse rei é anunciado por Gregório de Tours já ao registrar seu nascimento: “Ele foi grande e eminente guerreiro” (LH II,12).¹⁸ Aliás uma passagem anterior já destaca as vitórias de Clóvis, como confirmação da nobreza de sua linhagem (LH II,9). Toda a narrativa do reinado de Clóvis se dá num ambiente de

¹⁷ “Scripturus bella regum cum gentibus adversis, martyrum cum paganis, ecclesiarum cum hereticis, prius fidem meam proferre cupio, ut qui ligirit me non dubitet esse catholicum”.

¹⁸ “Hic fuit magnus et pugnatur egregius”.

guerra. Na verdade, esse cenário figura na maioria dos episódios que compõem o segundo dos *Libri Historiarum*. Invasões e perseguições religiosas ocupam boa parte dos capítulos iniciais desse livro, compondo um quadro caótico para a Gália.

Os francos se inserem nesse contexto, dispersos sob a liderança de vários *reges criniti* (LH II, 9) e vivendo no paganismo (LH II, 10). A ascensão de Clóvis não muda significativamente o quadro, pois ele é descrito como um chefe pagão de tropas que saqueavam igrejas (LH II, 27).¹⁹ Uma mudança qualitativa verifica-se somente quando da conversão de Clóvis, cujo lance decisivo se dá, na versão gregoriana, no campo de batalha: na iminência de uma derrota frente aos alamanos, o rei franco decide apelar a Jesus Cristo, seguindo o exemplo de sua esposa Clotilde (m.548), uma princesa burgúndia católica (LH II, 30).²⁰

Convertido, Clóvis é batizado (c.496), tornando-se para Gregório de Tours comparável ao imperador Constantino, cuja conversão trouxera a Igreja para o interior da ordem imperial romana: “Como um novo Constantino ele se aproxima da pia batismal, para se curar da doença de uma velha lepra e se purificar com água fresca das manchas sórdidas dos feitos passados.” (LH II, 31).²¹

O significado dessa mudança se torna claro na seqüência do relato gregoriano sobre o reinado de Clóvis, sobretudo no tratamento dado à campanha dos francos contra os visigodos. No ano 507, em Vouillé, nas proximidades de Poitiers, o rei dos visigodos Alarico II é vencido e morto pelos francos. No relato gregoriano essa contenda é posta sob o signo de uma verdadeira guerra santa, decidindo-se o rei franco pela luta com o intuito de debelar o arianismo da Gália, cuja porção ao sul do Loire era dominada pelos visigodos: “Suporto com muito pesar que esses arianos detenham uma parte das Gálias. Marchemos com a ajuda de Deus, e quando os tivermos vencido submeteremos essa terra à nossa dominação” (LH II,37).²²

¹⁹ “Eo tempore multae aeclesiae a Chlodovecho exercitu depraedatae sunt, quia erat ille adhuc fanaticis erroribus involutus”.

²⁰ A conversão e o batismo de Clóvis suscitaram inúmeras controvérsias e uma ampla bibliografia. Para uma síntese das principais questões vejam-se Geary (1988), Rouche (1996), Wood (1994).

²¹ “Procedit novos Constantinus ad lavacrum, deleturus leprae veteris morbum sordentesque maculas gestas antiquitus recenti latice deleturus”.

²² “Valde molestum fero, quod hi Atriani partem teneant Galliarum. Eamus cum Dei adiutorio, et superatis redemus terram in ditone nostra”. Desde 418 os visigodos detinham o controle sobre terras na Gália. Eram cristãos, mas com muitos outros povos germânicos seguiam uma orientação doutrinária subordinacionista (o Filho – Cristo – seria inferior ao Pai), cuja formulação original é atribuída a Ário (m.336), padre de Alexandria

O conflito, segundo Gregório, se dá em meio a várias manifestações da proteção divina concedida aos francos, sobretudo por intermédio dos santos locais Hilário de Poitiers e Martinho de Tours, outrora campeões na luta contra o arianismo. O ponto de partida é um trecho do Salmo 18, cuja leitura é ouvida na igreja de São Martinho, em Tours, por emissários de Clóvis que para lá seguiram em busca de um sinal.

A antífona cantada recorda a vitória de Davi sobre Saul: “Tu me cinges de vigor para o combate, dobras sob mim meus agressores. Entregas-me a cabeça de meus inimigos, e eu extermino os que me odeiam” (Sl 18,40-41).²³ Cuidadosamente Gregório de Tours introduz elementos desse mesmo salmo ao narrar a guerra entre francos e visigodos:

Gregório de Tours - LH II, 37	Passagens do <i>Salmo 18</i>
Transposição de um rio cujo nível se elevava; após orações de Clóvis a passagem é indicada por uma cerva que entra na água.	“Lá do alto ele manda apanhar-me, ele me retira das águas imensas” (v.17).
Em Poitiers, uma bola de fogo saía da igreja de Santo Hilário brilha acima da tenda de Clóvis.	“Fazes luzir minha lâmpada. O Senhor meu Deus ilumina minhas trevas” (v.29).
Clóvis mata Alarico.	“Persigo meus inimigos, eu os alcanço, não retorno antes de derrotá-los. Eu os massacro, não conseguem erguer-se, tombam a meus pés” (v.38-39).
Dois godos tentam ferir Clóvis, que escapa graças à velocidade do seu cavalo	“Tu me libertas dos meus inimigos; mais ainda: fazes-me triunfar sobre meus agressores e me livras de homens violentos” (v.49).
Em Angoulême, os muros da cidade desabam miraculosamente quando Clóvis e seu filho Teuderico se aproximam, sendo possível assim a tomada da cidade.	“É contigo que transponho o fosso, é com meu Deus que atravesso a muralha” (v.30).

Após a vitória, Clóvis dirige-se novamente a Tours e na igreja de São Martinho é saudado como cônsul e Augusto, depois de desfilar pelas ruas em trajes e postura imperiais (LH II,38).²⁴ Desse modo, num mesmo texto

²³ Utilizamos aqui a versão em português da Tradução Ecumênica Bíblica. O texto citado por Gregório é: “Praecinxisti me, Domine, virtutem ad bellum, subplantasti insurgentes in me subtus me et inimicorum meorum dedisti mihi dorsum et odientes me disperdedisti”. Nas citações seguintes utilizaremos o mesmo procedimento.

²⁴ Ainda segundo Gregório de Tours, o título de cônsul teria sido conferido pelo imperador bizantino Anastácio I (491-518). Para M. Rouche (1996: 315) seria, provavelmente, um consulado honorífico. Quanto ao reconhecimento como Augusto, não há outra evidência que lhe dê suporte.

encontramos associadas a Clóvis as figuras de Davi e Constantino, o rei-guerreiro protegido por Deus e o imperador cristão.

Sinaliza-se a associação entre o ordenamento cristão da Gália e a prosperidade do rei, que prossegue no texto gregoriano com o relato da consolidação do poder de Clóvis sobre todos os francos. Os demais reis, alguns deles parente próximos de Clóvis, são por ele mortos ou encontram a morte após alguma intriga por ele tramada. Mas, na visão de Gregório, tratava-se da ação divina: “Dia a dia Deus colocava seus inimigos sob sua mão e aumentava o seu reino, porque ele caminhava diante dele com um coração reto e fazia o que era agradável a seus olhos” (LH II,40).²⁵

Agradar a Deus, nesse caso, incluía fazer a guerra e estabelecer a unidade em torno do rei cristão. Exterminando seus inimigos Clóvis “dilatava seu reino por toda a Gália” (LH II,42).²⁶ A mesma idéia repete-se no prólogo do livro III, numa comparação entre a sorte de católicos e heréticos na qual são contrapostos, entre outros, os reis Clóvis e Alarico:

Ário, o primeiro e iníquo inventor dessa iníqua seita, foi lançado ao fogo do inferno, após ter expelido seus intestinos numa latrina. O bem-aventurado Hilário, defensor da Trindade indivisível, por causa da qual foi exilado, foi restaurado em sua pátria e no Paraíso.

O rei Clóvis, que a confessou, submeteu os mesmos hereges com a ajuda dele [Hilário], estendendo seu reino por toda a Gália. Alarico, que a rejeitou, foi privado de seu reino, de seu povo e, o que é mais importante, da vida eterna (LH III, *prologus*).²⁷

O resultado desse arranjo narrativo é o estabelecimento de um paralelismo entre duas trajetórias, a da Gália como um todo e a dos francos no seu interior. No primeiro caso, passa-se do caos à ordem e no segundo da dispersão à unidade. O que conecta ambas as trajetórias é o cristianismo

²⁵ “Prosternebat enim cotidiae Deus hostes eius sub manu ipsius et augebat regnum eius, eo quod ambularet recto corde coram eo et faceret quae placita erant in oculis eius”.

²⁶ “[...] regnum suum per totas Gallias dilatavit”. Nesse ponto Gregório faz uma curiosa observação: Clóvis lamentava não ter mais parentes, mas pretendia na verdade eliminar possíveis concorrentes (“Vae mihi, qui tamquam peregrinus inter extraneus remansi et non habeo de parentibus, qui mihi, si venerit adversitas, possit aliquid adiuvare”. Sed hoc non de morte horum condolens, sed dolo dicebat, si forte potuisset adhuc aliquem repperire, ut interficeret” - LH II,42).

²⁷ “Arrius enim, qui huius iniquae sectae primus iniquosque inventur fuit, interiora in secessum deposita, infernalibus ignibus subditur, Hilarius vero beatus individuae Trinitatis defensor, propter hanc in exilium deditus, et patriae et paradiso restauratur. Hanc Chlodovechus rex confessus, ipse hereticos adiutorium eius oppraesset regnumque suum per totas Gallias dilatavit; Alaricus hanc denegans, a regno et populo atque ab ipsa, quod magis est, vita multatur aeterna”.

católico, triunfante na Gália mediante a ação do rei franco Clóvis. A idéia de um reino franco unificado vincula-se assim à vigência de um ordenamento cristão do mesmo.

Assim o bispo de Tours faz coincidir o fim do livro II com a morte de Clóvis, sepultado em Paris na igreja dos Santos Apóstolos. O livro I fora concluído com a morte de São Martinho (LH I,48), o qual nas palavras de Gregório fora a luz que espalhou na Gália a luminosidade cristã (LH I,39). Desse modo, esses dois marcos temporais se complementam no texto gregoriano, projetando sobre o século VI, o século de Gregório, a imagem de um mundo ordenado, unido em torno do rei e em torno da fé.

Note-se que as guerras de Clóvis são produtoras dessa unidade, o que no texto gregoriano se justifica por seu caráter de luta contra a heresia. Mas outro tipo de conflito era retratado por Gregório em cores bem mais carregadas. Referimo-nos aqui aos embates periódicos entre os sucessores de Clóvis, sobretudo os da segunda geração, com os quais o bispo de Tours conviveu e lidou ao longo de sua carreira.

Tais conflitos nos são apresentados como profundamente danosos à Gália, ameaçando-a novamente com o caos e a dispersão. Escrevendo para as gerações futuras, Gregório contrastava as desgraças de seu presente com as glórias dos tempos passados, oferecendo a seus leitores dois conjuntos de exemplos: o primeiro corresponde justamente ao relato dos feitos de Clóvis; o segundo remete à narrativa dos sucessos e dissabores dos filhos deste, sobretudo o que se refere ao rei Clotário.

Em 511, após a morte de Clóvis, tornaram-se reis seus filhos Teuderico (511-535), Clodomiro (511-524), Childeberto (511-558) e Clotário (511-561). Nos cinquenta anos que separam as mortes de Clóvis e Clotário os domínios francos foram ampliados, sendo conquistados o reino burgúndio e a Provença, bem como consolidado o controle sobre a antiga Aquitânia visigótica.

Ao lado das campanhas que permitiram tal expansão também ocorreram conflitos entre os reis merovíngios, mas sem grandes conseqüências. As alterações nos limites de cada reino se deram por outras razões. Em 524 Clodomiro morreu no campo de batalha, combatendo os burgúndios (LH III,6). Dois de seus três filhos foram em seguida assassinados pelos tios Childeberto e Clotário, tendo o terceiro fugido e se tornado monge (LH III,18).

Na casa de Teuderico a sucessão estendeu-se a duas gerações, tendo reinado seu filho Teudeberto (535-548) e o filho deste, Teudebaldo (548-555), o qual morreu sem deixar herdeiros. Também sem herdeiros morreu em 558 o rei Childeberto, reunindo-se então sob o poder de Clotário todos os reinos francos.

É interessante analisar como tal período é retratado por Gregório de Tours em seus *Libri Historiarum*, não simplesmente em termos do relato dos eventos, mas sim considerando a dimensão valorativa presente no mesmo. Cabe destacar, em primeiro lugar, a ampliação do conjunto de atributos necessários ao rei cristão. Ao lado do valor como guerreiro, são destacados agora a promoção da justiça e da paz, a caridade, a piedade e o respeito à Igreja e seus ministros.

Esse conjunto de qualidades aparece de maneira nítida no retrato do rei Teudeberto (LH III, 25), mas elementos dispersos podem ser detectados em algumas atitudes atribuídas a Clotário. Nesse último caso agrega-se ao conjunto de atributos a atitude penitencial do rei, arrependido por ter ordenado a morte de um de seus filhos (LH IV, 20-21).

De modo geral o foco narrativo oscila entre Teudeberto e Clotário, acabado por se concentrar nesse último. Rei único, ao menos nos seus últimos anos de vida, é sobre ele que Gregório de Tours projeta novamente a imagem de Davi, cujo apetite guerreiro agora vem moderado por uma preocupação em evitar a guerra desnecessária. A idéia básica continua ser a confiança depositada em Deus, mas a belicosidade é colocada num plano secundário. Mesmo a guerra contra os burgúndios é vista sob um prisma negativo.

Ela é atribuída a uma vingança pessoal da rainha Clotilde, disposta a acertar contas com a casa real burgúndia na qual seu pai fora assassinado (LH II, 28). Por conta disso, ela estimula os filhos à guerra, mas disso resulta a morte de seu próprio filho, Clodomiro (LH III, 6).²⁸

O caráter perturbador da guerra fica evidente no relato de uma malograda batalha que seria travada entre Clotário, Childeberto e Teudeberto, os dois

²⁸ Há aqui um intrincado jogo de culpas e punições. Clodomiro era o segundo filho do casal Clóvis e Clotilde, mas o primogênito, Ingomiro, adoecera e morrera pouco tempo depois de ser batizado. Segundo Gregório de Tours, Clodomiro quase teve o mesmo destino, mas fora salvo pelas orações da mãe (LH II,29). Assim o desejo de vingança de Clotilde levou à morte aquele a quem suas orações haviam salvado. Clodomiro também era castigado por uma falha pessoal, visto não ter poupado da morte o rei burgúndio Sigismundo e seus filhos, por ele capturados. O fato se tornava mais grave por serem todos parentes e ter Clodomiro desconsiderado as advertências de um abade (LH III,6). O próprio Sigismundo expiava também sua culpa na morte do próprio filho, cujo assassinato autorizara (LH II,5).

últimos então aliados. Uma tempestade impediu que as ações militares se iniciassem. Gregório de Tours vê no episódio uma ameaça à integridade do reino franco.

Em seu relato, o mérito da obtenção da paz é atribuído a duas figuras que lhe eram caras: a rainha Clotilde e São Martinho: “[...] a rainha Clotilde dirigiu-se ao tumulto do bem-aventurado Martinho e ali se prostrou em oração e manteve-se em vigília por toda a noite, orando para que não se iniciasse uma guerra civil entre seus filhos” (LH III,28).²⁹

É a segunda vez que Gregório utiliza a expressão *bellum civile* no livro III, mas a primeira em que ele o faz se referindo aos francos. Antes rotulara dessa forma o conflito entre os reis turíngios Baderico e Hermanefredo, eles também irmãos, o qual teria sido instigado pela rainha Amalaberga: “A mulher de Hermenefredo, de nome Amalaberga, iníqua e cruel, disseminou a guerra civil ente os irmãos” (LH III, 4).³⁰ A semelhança entre as duas passagens é significativa.

No caso turíngio, a rainha provoca a guerra fratricida, a qual acabou por conduzir o reino à ruína. Já no caso dos francos, a rainha Clotilde toma a atitude inversa, pedindo a intervenção de São Martinho para estancar a guerra nascente. A mensagem do bispo de Tours é clara: o prosseguimento das hostilidades atentava contra a integridade do reino, o qual poderia ter o mesmo destino que se abatera sobre os turíngios.

O recurso à intervenção de São Martinho tem também um significado especial. A imagem desse santo nos *Libri Historiarum* é associada à garantia da justiça, da paz e da integridade da Gália. Gregório descreve uma ação fulminante da parte de São Martinho em resposta às preces de Clotilde. Uma violenta tempestade fustiga os exércitos de Childeberto e do sobrinho, dispersando seus cavalos. Clotário, porém, não é atingido por uma gota sequer de chuva.

²⁹ “[...] Chrotechildis regina [...], beati Martini sepulcrum adiit, ibique in oratione prosternitur, et tota nocte vigilat, orans ne inter filios suos bellum civile consurgeret”.

³⁰ “Hermenefridi vero uxor iniqua atque crudelis, Amalaberga nomine, inter hos fratres bellum civile disseminat”. Na verdade o conflito fratricida ente os turíngios já começara, como indica o mesmo texto de Gregório, o qual informa que Hermenefredo assassinara outro de seus irmãos, Bertacário, pai de Santa Radegunda. Segundo Gregório, certa vez Amalaberga preparou para seu marido apenas a metade da mesa para a refeição, explicando-lhe que assim merecia ser tratado quem se deixava privar da metade do reino (LH III,4). A figura da rainha perversa, instigadora de discórdias e crimes nos palácios é recorrente na obra de Gregório.

O bispo de Tours conclui o relato do episódio afirmando mais uma vez que tudo acontecera por meio da *virtus*, do santo, a qual se manifestara graças às orações de Clotilde. O milagre martiniano sinaliza que Clotário passara a ser favorecido por Deus, em quem ele depositara toda sua confiança: (*totamque spem suam in Dei pietatem transfundens* – LH III,28). A imagem davídica retornava desse modo à caracterização de um merovíngio.

O campo de batalha também serviu a Gregório para mostrar a prudência e devoção de Clotário. O bispo de Tours nos mostra o rei procurando evitar a todo custo um combate contra os saxões, os quais após uma revolta haviam pedido paz (LH IV,14). Clotário alerta seus guerreiros para não pecarem contra Deus (*ne forte peccemus in Deum*), insistindo na guerra; não sendo atendido ele volta à carga, advertindo-lhes que poderiam provocar a ira divina (*ne super nos Dei ira concitetur*); finalmente, diante da persistência de seus guerreiros, o rei declara não estar o direito do lado dos francos na questão (*verbum enim directum non habemus*), afirmando que partiria para o combate, mas contra sua vontade.

Os francos ameaçam mesmo matar seu rei para forçá-lo à guerra, a qual redundava num desastre. A imagem positiva de Clotário é assim reforçada, mediante sua caracterização como um rei que procurava cumprir a vontade divina e velava pela paz em seu reino.

O ponto culminante da trajetória do rei Clotário nos *Libri Historiarum* situa-se também no relato de um episódio de guerra (LH IV,17; IV,20). Por volta de 555, Chram, filho de Clotário, revolta-se contra o pai. Inicialmente alia-se ao tio, o rei Childeberto, mas após a morte deste (558) une-se aos bretões da Armórica, região nominalmente submetida aos francos mas que se conduzia de maneira bastante autônoma.

Em 560 Clotário liquida seus adversários, exterminando Chram e sua família. No texto gregoriano, quando Clotário se prepara para atacar Chram no ano 560, é inserida uma significativa comparação:

O rei Clotário avançava qual um novo Davi prestes a se bater conta Absalão seu filho, se lamentando e dizendo: “Olha, Senhor, do céu e julgue minha causa, porque é injustamente que sofro os ultrajes da parte de meu filho. Olha e julgue justamente, e impõe o mesmo juízo que outrora impuseste entre Absalão e seu pai Davi” (LH IV, 20).³¹

³¹ “Ibatque Chlotharius rex tamquam novus David contra Absolonem filium pugnaturus, plangens atque dicens: 'Respice, Domine, de caelo et iudica causam meam, quia iniuste a filio iniurias patior. Respice, Domine, et iudica iuste, illudque inpone iudicium, quod quondam inter Absalonem et patrem eius David posuisti' ”. A revolta de Absalão contra

Mais uma vez o que aparece em destaque é a questão da unidade do reino. Chram representava a sedição, Clotário a ordem. Nesse contexto a imagem davídica ressurgiu com força, tal como antes ocorrera no caso de Clóvis. Ao mostrar o rei em oração e compará-lo explicitamente a Davi, Gregório projeta sobre ele tanto a imagem do rei hebreu quanto a de Clóvis. Aos olhos do bispo de Tours, o rei procurava fazer a vontade de Deus, eliminando a ameaça da fragmentação.

Note-se que a guerra entre Chram e seu pai se dá após a morte de Childeberto, cujo reino fora anexado por Clotário. Tratava-se, portanto, da primeira vez após o reinado de Clóvis em que a Gália franca era governada por um único rei. A sedição de Chram representava o retorno das tendências desintegradoras, contra as quais o novo Davi se batia.

Essa idealização de Clotário não deve ser tomada em sentido absoluto. Ao contrário, em vários episódios o rei é visto sob uma luz bastante desfavorável. Assim ocorre quando Gregório alude à taxação dos rendimentos eclesiásticos tentada por Clotário, contra a qual se insurge o então bispo de Tours, Injurioso (530-546; LH IV,2). O mesmo pode ser dito do episódio do assassinato dos filhos de Clodomiro (LH III,18), e das referências ao comportamento lascivo do rei, criticado por desposar várias mulheres.

Nesse caso, as críticas são mais severas por ter Clotário se unido à viúva de seu irmão (Guntheuca, mulher de Clodomiro – LH III, 6), à viúva de seu sobrinho (Vuldetrada, mulher de Teudebaldo – LH IV, 9) e a Aregunda, irmã de sua esposa Ingunda (LH IV, 3).³² Finalmente, o próprio episódio da morte de Chram projetava sobre Clotário uma sombra cruel.

Mas em boa parte desses episódios desfavoráveis manifesta-se no relato gregoriano o apelo à imagem de Davi, na sua faceta pecadora e penitente.³³ Pois Clotário, embora pretendesse taxar os rendimentos eclesiásticos, cede diante da resistência do bispo; criticado por se unir à viúva do próprio sobrinho ele dela se afasta; finalmente, um ano após mandar matar seu filho Chram, e pouco antes da sua própria morte, o rei se dirige como peregrino ao

Davi é narrada em 2Sm 15 – 18. Segundo o texto bíblico, Absalão foi morto a contragosto de seu pai (2Sm 18,5; 19,1).

³² Clotário uniu-se ainda a uma mulher de nome Chunsina, que foi mãe de Chram (LH IV,4).

³³ Em 2Sm 11 – 12,24 o rei Davi aparece como adúltero, ao possuir a mulher de um de seus guerreiros, e assassino, visto orquestrar a exposição do mesmo a um perigo mortal, do qual ele não escapa. Censurado pelo profeta Natan, Davi se arrepende e é poupado da morte, sendo contudo castigado pela perda do filho adúlterino.

túmulo de São Martinho, em Tours, numa atitude penitencial que visava o perdão de todos os pecados cometidos em vida (LH IV, 21). É o último gesto de Clotário que Gregório de Tours registra em sua narrativa, concluindo mais uma etapa da trajetória dos reis francos na Gália com a presença combinada de Davi e São Martinho, o santo protetor e o rei fiel.

Note-se que os reis dos tempos de Gregório eram todos descendentes diretos de Clotário. Desse modo a apresentação deste e de Clóvis como exemplos, ambos associados à tradição davídica, pode ser tomada como uma hábil manobra que permitia ao mesmo tempo criticar e enaltecer tais príncipes. Mas o alcance da associação vai mais além. Recorrendo-se ao modelo davídico ressaltava-se igualmente a reverência devida para com os que falavam em nome de Deus, papel esse reivindicado por Gregório para os bispos.

Além disso, o castigo de Davi soava como uma ameaça a toda a descendência de Clóvis e Clotário: “a espada jamais se afastará de tua casa [...] Eis que vou fazer surgir de tua própria casa a tua desgraça” (2Sm 12,10-11).

Após a morte de Clotário, em 561, novamente passaram a existir quatro reis na Gália: Cariberto (561-567), Gontrão (561-593), Sigeberto (561-575) e Chilperico (561-584), todos filhos de Clotário.³⁴ Inicialmente Chilperico ocupa Paris, mas de lá é expulso pelos irmãos, realizando-se então a partilha dos reinos (LH IV,22).

Nos anos seguintes multiplicaram-se os conflitos entre os reis merovíngios, para o que certamente também contribuiu a morte de Cariberto, em 567, quando então seus domínios foram redistribuídos entre os irmãos. Em 575 Sigeberto foi assassinado, o mesmo ocorrendo com Chilperico em 584. Nos anos seguintes Gontrão e Childeberto II (575-595), filho de Sigeberto, dominaram a cena. As relações entre ambos sempre foram tensas, mas sem redundar em guerra aberta.

É justamente sobre esse pano de fundo que se desenvolve a narrativa de Gregório de Tours, entre os livros V-X de suas histórias. Aparece então com força o tema da guerra civil. Segundo o bispo de Tours, o responsável pelo início da mesma seria Chilperico, que se aproveitara de estar o irmão ocupado em combater uma invasão dos ávaros — equivocadamente identificados por Gregório como hunos — para atacar Reims e outras cidades pertencentes a

³⁴ Os três primeiros eram filhos de Ingunda, enquanto Chilperico era de Aregunda. Essa diferença talvez explique a movimentação inicial de Chilperico, tentando garantir um reino para si contra uma possível atitude excludente da parte de seus meio-irmãos. É o que pensa Ian Wood (1994: 92), que considera provável que a rebelião de Chram tenha se dado por motivos semelhantes, sendo ele dos filhos de Clotário o único cuja mãe era Chunsina.

Sigeberto: “O que é pior é que por esse motivo iniciou-se entre eles uma guerra civil” (LH IV,23).³⁵

Deve-se observar que o que Gregório identifica como a guerra civil não é o ataque de Chilperico propriamente dito, mas sim um estado permanente de conflito entre os irmãos. A expressão *bellum civile* havia sido usada duas outras vezes nos livros anteriores, mas desse ponto da narrativa (LH IV, 23) até o prólogo do livro V ela aparece numa frequência bem maior. No livro IV há três ocorrências, além daquela citada acima, todas relacionadas ao conflito entre Sigeberto e Chilperico, estando também envolvido o irmão de ambos, Gontrão. Cada uma delas contém elementos fundamentais para a compreensão da narrativa de Gregório, razão pela qual merecem ser examinadas à parte.

A primeira de tais ocorrências (LH IV, 48) aparece logo após o registro de um desentendimento entre Gontrão e Sigeberto, antes aliados. O primeiro convoca um concílio para que os bispos apontem de que lado estava a razão, mas segundo Gregório os príncipes não dão ouvidos aos sacerdotes, como resultado da ação do pecado (*peccatis facientibus*), o que faz com que a guerra civil se torne mais intensa (*bellum civile in majore pernecitate cresceret*).

Teudeberto, filho de Chilperico, invade várias cidades do reino de Sigeberto, inclusive Tours e Poitiers. A região é devastada, igrejas são pilhadas, clérigos mortos, comunidades monásticas dispersadas e monjas sofrem ultrajes. Gregório afirma que a lamentação nas igrejas de tais lugares foi maior que nos tempos da perseguição de Diocleciano aos cristãos.

Há aqui um elemento novo. A guerra não apenas traz desgraças, mas é sinal de uma punição. Ao comparar a devastação da Tourraine à perseguição de Diocleciano, Gregório concentra todo o foco do relato na violência sofrida pela Igreja. Esse era o pior ultraje, maior que a destruição das terras e propriedades. Mas fora o pecado, a princípio atribuído aos reis, que provocara tais sofrimentos. Isso é explicitado no capítulo seguinte (LH IV,49), no qual Gregório se pergunta por que tanto sofrimento afligira as pessoas dessa época, propondo que se busque a resposta numa comparação entre o que era feito então e o que fora praticado pelas gerações anteriores:

E ainda nos perguntamos com estupor e admiração por que tantas desgraças caíram sobre eles. Mas recorramos ao que seus pais praticaram e ao que eles fizeram. Aqueles, após a pregação dos bispos, deixaram os templos pelas igrejas; estes cotidianamente tiram seu butim das igrejas; aqueles veneravam de todo o coração e escutavam os bispos do Senhor; estes não só não os escutam,

³⁵ “Ex hoc enim inter eos, quod peius est, bellum civile surrexit”.

mas também os perseguem; aqueles enriqueceram igrejas e monastérios; estes os dilapidam e os derrubam.³⁶

O texto é significativamente ambíguo. As gerações em questão tanto podem ser dos reis, quanto dos francos, ou ainda da população da Gália como um todo. O que fica em destaque é um movimento de retorno ao pecado, mas agora dentro de uma sociedade cristã. Por isso não importava distinguir francos e galo-romanos, ou mesmo príncipes e súditos. Todos eram solidários no pecado e no castigo.

A expressão *peccatis facientibus* conecta-se às *tantae plagae* que se abateram sobre as cidades devastadas. Evidentemente os reis têm aqui um papel central. Fiel ao modelo vétero-testamentário, Gregório vê os príncipes merovíngios como os atores principais do drama que resultara em morte e destruição. A história dos reis de Israel e Judá fornecia numerosos exemplos de como a fidelidade do monarca aos preceitos divinos conduzia à felicidade do povo, ao passo que a atitude contrária produzia a ruína do reino. Mas, tanto no Israel bíblico como na Gália de Gregório, não se tratava do reflexo de uma ação, mas da noção de solidariedade entre rei e reino, aqui entendido não só no aspecto territorial, mas, sobretudo, englobando o conjunto de súditos.

O pecado do rei era o pecado do povo, ou antes, o pecado do rei sintetizava uma situação de pecado do povo. A Gália pecava e seus reis a conduziam à guerra civil, eis a síntese da mensagem que Gregório procurava transmitir com o relato de tal episódio.

O remédio para tal calamidade é indicado por Gregório no mesmo capítulo (LH IV,49), ao relatar o ataque ao monastério de *Latta*. Dos soldados que atacaram o estabelecimento religioso somente um sobreviveu, segundo Gregório aquele que demonstrou respeito por São Martinho de Tours, em nome de quem a comunidade monástica se reunia. Ao mesmo tempo em que falava das conseqüências do pecado para a população da Gália, o bispo de Tours procurava mostrar que a devoção aos santos, em especial São Martinho, representava o caminho para o perdão.

Os desdobramentos da luta entre os irmãos e reis merovíngios nos leva à próxima ocorrência de *bellum civile* no livro IV. Sigeberto decide atacar Chilperico, conseguindo mediante ameaças a neutralidade de Gontrão. No

³⁶ “Et adhuc obstupiscimus et admiramur, cur tantae super eos plagae inruerint. Sed recurramus ad illud quod parentes eorum egerunt et isti perpetrant. Illi post praedicationem sacerdotum de fanis ad ecclesias sunt conversi; isti cotidie de ecclesiis praedas detrahunt. Illi sacerdotes Domini ex toto corde venerati sunt et audierunt; isti non solum non audiunt, sed etiam persecuntur. Illi monasteria et ecclesias ditaverunt; isti eas diruunt ac subvertunt”.

dizer de Gregório de Tours, Sigeberto preparou uma guerra civil (*bellum civile ordiens* – LH IV, 49), mas o irmão que seria alvo do ataque recuou, devolveu cidades ocupadas e esquivou-se do combate, o que não evitou que Paris fosse atacada e incendiada. A temida guerra civil foi, contudo, evitada. Para Gregório, isso se deveu a mais um milagre de São Martinho, o que teria sido confirmado pela cura de três paráliticos em Tours, no mesmo dia em que os reis celebraram a paz (LH IV, 49).

Na verdade, a cura propriamente dita não é mencionada nessa passagem, a qual se limita a registrar que os três doentes foram enviados a Tours. Ora, no seu *De Virtutibus Sancti Martini Episcopi* (II,5-7) Gregório descreve as mesmas curas, indicando a procedência dos doentes (Auxerre, Orléans, Bouges). Três paráliticos, três reis, três curas. Seria isso um sinal de reunificação? A dificuldade aqui reside no fato de que as três cidades mencionadas faziam parte do reino de Gontrão. Raymond Van Dam (1993: 232) sugere, plausivelmente, que esse fato indica o reconhecimento por parte de São Martinho do papel de Gontrão como mediador do conflito.

De qualquer modo, a cura da paralisia, ou seja, a recuperação da capacidade de movimentação do corpo do doente, é associada à contenção da guerra civil, uma espécie de paralisia do reino. Novamente é São Martinho o responsável pela manutenção da paz, o que Gregório, no livro dedicado à narrativa dos milagres do santo, considera uma vitória do mesmo (*quod nullus ambigat hanc etiam beati Antistitis fuisse victoriam*).³⁷ A guerra civil é associada à doença, sua suspensão equivalendo a uma verdadeira cura, na qual se manifestava mais uma vez a *virtus* do santo protetor da Gália.

É com um lamento que Gregório prepara a conclusão do livro IV: “Narrar essas guerras civis causa dor em meu espírito”.³⁸ Trata-se do relato da morte de Teudeberto (LH IV, 50), o filho de Chilperico, à qual se segue o assassinato de Sigeberto (LH IV, 51). Um ano após o acordo de paz celebrado com o irmão, Chilperico sela um pacto com Gontrão e ataca novamente as cidades de Sigeberto. Na guerra que se segue, Teudeberto é morto. Por ocasião de um enfrentamento anterior, ele havia sido feito prisioneiro por Sigeberto, sendo libertado após jurar não mais lutar contra o tio.

O combate acima mencionado representava, portanto, a quebra de um juramento, coisa grave aos olhos de Gregório. A morte do príncipe indica no esquema narrativo do bispo de Tours mais um exemplo de como o perjúrio recebia castigo fulminante.

³⁷ “Que ninguém duvide ter sido também uma vitória do bem-aventurado bispo”.

³⁸ “Dolorem enim ingerit animo ista civilia bella referre”.

Sigeberto retoma a ofensiva, após mais uma vez conseguir retirar o apoio de Gontrão a Chilperico. Desrespeitando os termos do acordo firmado por ocasião da morte de Cariberto, Sigeberto entra em Paris, enquanto suas tropas cercam o irmão em Tournai. O bispo Germano de Paris tenta convencê-lo a não prosseguir com as hostilidades, mas o rei não lhe dá ouvidos, segundo Gregório de Tours em razão do pecado (*peccatis facientibus*). Dias depois, Sigeberto é assassinado em Vitry (LH IV, 51).

Gregório de Tours conclui o quarto de seus *Libri Historiarum* com o relato do assassinato de Sigeberto, frisando que o mesmo ocorrera apenas dezoito dias após a morte de Teudeberto. Tio e sobrinho partilharam o mesmo castigo. Ambos haviam quebrado juramentos, e no caso de Sigeberto os conselhos de um bispo não haviam sido escutados. A falta de Teudeberto havia sido anunciada alguns capítulos antes por Gregório, dando como razão para mesma a ação do pecado (*peccatis facientibus* – LH IV, 23).

A mesma expressão — *peccatis facientibus* — é usada para explicar a conduta de Sigeberto. O pecado aparece impulsionando o rei a se manter irredutível quanto a seu propósito de matar o irmão, e é isso que o conduz à ruína. Há, portanto, na visão do bispo de Tours, uma situação de pecado na qual o rei está mergulhado, razão pela qual ele não consegue agir de acordo com a vontade de Germano de Paris. O resultado, como numa bola de neve, é mais pecado.

A associação entre *peccatis facientibus* e *bellum civile* tem por efeito apresentar a Gália dos tempos de Gregório como que presa num círculo vicioso. O pecado nela enraizado é visto como a causa das guerras que a devastavam, nutrindo-se, porém, dos ódios gerados nas mesmas guerras. O pecado colocava em ação as forças desintegradoras, capazes de reconduzir a Gália da ordem ao caos. Não por acaso, ao longo dos demais livros que compõem sua narrativa, o bispo de Tours leva o leitor a circular entre os diversos segmentos da sociedade em que vivia, descrevendo crimes, rivalidades e o triunfo da discórdia. Consolida-se assim a imagem da Gália pecadora, por cuja salvação deveria trabalhar a Igreja.

As conseqüências políticas de tal construção remetem ao papel do rei perante a sociedade, já discutido acima. O discurso gregoriano coloca o rei à testa do povo, mas visceralmente unido a ele, inclusive no pecado. O rei peca com o povo e pelo povo. Com o povo, porque sua decisão individual pelo pecado resulta de uma situação coletiva de entrega ao mesmo; pelo povo, porque é a ação objetiva do rei que traz sobre seus súditos as desgraças, a punição pelos

pecados. Dito de outro modo, todos pecam, mas o pecado do rei ultrapassa os limites da ação individual, alcançando a extensão do reino.

O prólogo do livro V anuncia a permanência do tema da guerra civil como centro da narrativa de Gregório de Tours: “Me causa repulsa recordar a diversidade de guerras civis que tanto afligiram o reino e o povo franco” (LH V, *prologus*).³⁹ Na seqüência desse texto o bispo de Tours desenvolve uma minuciosa crítica acerca do comportamento ganancioso e belicoso dos reis, causa da ruína dos povos.

Sua argumentação sustenta-se em exemplos oriundos de diversas fontes: a Bíblia, a história romana, o relato de Paulo Orósio sobre os cartagineses e a história das vitórias de Clóvis. Somente nesse prefácio a expressão *bellum civile* aparece cinco vezes, superando o número de ocorrências tanto nos livros anteriores quanto nos posteriores. Não se registra, contudo, a presença de *peccatis facientibus*, mas é desenvolvida uma associação entre guerra civil (*bellum civile*), discórdia (*discordia*) e a ação demoníaca, a raiz dos males (*radix malorum*). A argumentação de Gregório pode ser assim resumida:

- As guerras civis são associadas ao fim dos tempos (alusão aos conflitos entre pais e filhos, irmãos e parentes, anunciados em Mt 10,21, Mc 13,12, Lc 21,16).
- Os exemplos dos reis precedentes (*exempla anteriorum regum*) deveriam ser observados: a divisão conduz à morte (*ut divisi, statim ab inimicis sunt interempti*).
- Roma é invocada como exemplo: a guerra civil provocara sua ruína; quando elas cessaram, a cidade ressurgiu (*iniens bella civilia, ruit! quo cessante, rursum quasi ex humo surrexit*).
- As guerras dos ancestrais, que subjugarão povos estrangeiros, são oferecidas como modelo; Clóvis surge como o grande exemplo de rei conquistador, artífice da unificação: “Recordai-vos o que fez Clóvis, o autor de vossas vitórias, que matou reis inimigos, massacrou povos perversos, conquistou-lhes a pátria e deixou para vós um reino íntegro e intacto”.⁴⁰
- Advertência quanto à ganância dos reis: Clóvis conquistara seu reino com poucos recursos, enquanto seus sucessores tinham tesouros e celeiros abarrotados; a única coisa que lhes faltava era a paz (*pacem non habentes*), razão pela qual permaneciam privados da graça divina (*Dei gratia indigetis*).
- Invocação das palavras de São Paulo quanto à necessidade de se manter a paz dentro da comunidade (Gl 5,15).
- Novo apelo à história dos povos antigos para demonstrar os estragos que a guerra civil provocava, dessa vez recorrendo-se ao relato de Paulo Orósio (*Hist. IV – V*) acerca das guerras dos cartagineses: a concórdia fazia a cidade sobreviver, a discórdia a arruinou.

³⁹ “Taedit me bellorum civilium diversitatis, que Francorum gentem et regnum valde proterunt, memorare”.

⁴⁰ “Recordamini quid caput victoriarum vestrarum Chlodovechus fecerit, qui adversos reges interfecit, noxias gentes elisit, patrias gentes subjugavit: quarum regnum vobis integrum illaesumque reliquit”.

- O rei é instado a temer a discórdia e a guerra civil (*cavete discordiam, cavete bella civilia*), origem de males para ele e para seu povo.
- Outro tipo de belicosidade é sugerido ao rei: empenhar-se na luta do espírito contra a carne (conforme as palavras de Paulo em Gl 5,17), vencendo os vícios pelas virtudes, servindo a Cristo e não ao diabo (*radix malorum*):

Se a guerra civil te deleita, ó rei, pratica aquela que o Apóstolo invoca e que no homem deve agir: que o espírito lute contra a carne e que os vícios tombem pela ação da virtude; assim servirás livremente tua cabeça, isto é, Cristo, tu que antes eras compelido a servir à raiz dos males.⁴¹

Trata-se de um verdadeiro programa a ser seguido pelo rei, uma espécie de resumo da proposta política de Gregório de Tours. A história — incluindo-se nela a própria narrativa gregoriana — adquire um sentido bastante preciso: ela deveria fornecer os *exempla* que orientariam o monarca no seu agir. A comparação entre presente e passado, associada à recomendação bíblica, deveria levar os reis à reflexão quanto às conseqüências de seus atos para o reino.

Note-se que a guerra e a destruição a ela inerente eram vistas como conseqüências de uma disposição interior do rei, uma doença do espírito. A ambição e a ganância levavam à cobiça e esta à guerra. Por isso o que o bispo de Tours propõe é uma conversão do rei: não bastava que este se abstinésse da guerra, era necessário que se engajasse numa luta espiritual contra seus vícios e se tornasse autêntico servidor de Cristo. Somente assim estaria sendo atacada a *radix malorum*.

A utilização do material bíblico fornece o pano de fundo para a transição entre as duas atitudes do rei. A abertura do prólogo do livro V envolve o texto que se segue numa atmosfera escatológica, associando as agruras dos tempos do autor à proximidade do Juízo Final. As passagens bíblicas que estão por trás do discurso de Gregório (Mt 10, 21; 24, 1-44; Mc 13, 5-37; Lc 21, 12-36) falam em guerras entre nações e traições entre amigos e parentes, recomendando aos seguidores de Jesus uma atitude vigilante e piedosa. Isso se ajusta à recomendação final do bispo de Tours quanto à necessidade do combate espiritual por parte do rei, de modo a livrar a si e ao reino dos efeitos de seus vícios.

O quadro se completa com a introdução de citações extraídas da *Epístola aos Gálatas*. A primeira referência ao texto paulino (Gl 5,15) fundamenta o conselho para o governante tomar cuidado com as lutas fratricidas. Nesse

⁴¹ “Si tibi, o rex, bellum civili delectat, illud quod apostolus in hominem agi meminit exerce, ut spiritus concupiscat adversus carnem et vitia virtutibus caedant; et tu liber capite tuo, id est Christo, servias, qui quondam radicem malorum servieras conpeditus”.

caso o que seria bom para o reino adviria de um não fazer do rei, ou seja, a recusa em tomar parte numa guerra civil. Já na segunda vez em que a mesma epístola é citada, o texto gregoriano propõe outra postura: o agir cristão do rei, idealizado como um verdadeiro combate contra as forças do mal, as quais atuariam em primeiro lugar sobre a própria pessoa do príncipe. A proposta do bispo de Tours implicava desse modo numa transferência da belicosidade do rei para o campo espiritual, esvaziando seu potencial destrutivo e criando para o mesmo uma nova faceta: o rei devoto.

A piedade régia aparece aí associada a uma dimensão escatológica, o aproximar-se do fim dos tempos que Gregório procura mostrar como uma realidade dos seus dias. Os seis últimos dos *Libri Historiarum* estão repletos de relatos de catástrofes naturais, guerras, traições, escândalos envolvendo religiosos e o aparecimento de indivíduos tidos por Gregório como falsos profetas. Um deles dizia-se o próprio Cristo (LH X, 25). Como síntese desse quadro figura um rei, Chilperico, execrado por Gregório como o “Nero e o Herodes de nosso tempo”, alguém que nunca amou ninguém e que na sua morte foi abandonado por todos (LH VI, 46).

Ao lado de tais relatos, aparecem também as manifestações de santidade, envolvendo bispos, monges e um rei, Gontrão. Esse merovíngio, filho de Clotário, aparece desde o livro IV associado à bondade (*bonitas*), mas suas atitudes não diferem muito das de seus irmãos. Mas entre os livros VII e IX, o bloco narrativo que Martin Heinzelmann (2001: 51) denomina a “trilogia de Gontrão”, Gregório o apresenta progressivamente dotado das qualidades de um rei exemplar: justo, caridoso, pacífico, piedoso.

Esse quadro culmina com sua caracterização como autêntico sacerdote (*sacerdos Domini*), liderando o povo durante uma epidemia na prática de vigílias e jejuns. Mais ainda, Gregório refere-se a uma cura advinda do contato com as roupas do rei e exorcismos produzidos pela invocação do seu nome (LH IX,21). Mais que um rei devoto, um rei santo, um rei do fim dos tempos, elevando-se em santidade, mas sofrendo os efeitos do pecado em que seu mundo vivia mergulhado. Para Martin Heinzelmann há aqui uma associação entre Gontrão e Ezequias, o zeloso rei de Judá que sofria em meio a um povo pecador, mas que “à semelhança de Davi, seu pai, fez o que é reto aos olhos do SENHOR” (2Rs 18,3).⁴²

Numa guerra movida contra os visigodos as tropas de Gontrão foram fragorosamente batidas. Discursando diante de seus comandantes o rei atribui

⁴² Entenda-se a paternidade de Davi aqui num sentido metafórico. Ezequias era filho do rei Acáz (2Rs 18,1).

esse e outros desastres aos pecados de todo o povo franco. Abandonando a tradição dos antepassados, os quais “colocavam sua esperança em Deus” eles não poderiam esperar outra coisa que não o castigo: “a vitória não pode ser obtida onde tais atos são praticados”.⁴³ O pecado aparece mais uma vez como a fonte da ruína, mesmo que à frente dos exércitos francos estivesse um rei santo.

IV. Conclusão

Martin Heinzelmann (2001) propõe considerar o conjunto dos *Libri Historiarum* de Gregório na sua dimensão escatológica. A partir dessa perspectiva podemos perceber o texto gregoriano orientado da Criação ao Juízo Final, do qual os sinais seriam visíveis nos episódios narrados nos últimos livros. Avançando nessa linha de raciocínio podemos perceber todo o conjunto narrativo investido de um sentido bem específico, remetendo à questão da salvação ou danação. Por isso o texto estrutura-se sobre pares de oposições: guerra e paz, justiça e injustiça, santidade e perversidade, glória e decadência, felicidade e desgraça, concórdia e discórdia, unidade e dispersão, entre outros.

Isso nos permite compreender melhor o tratamento dado por Gregório de Tours à questão da guerra, em particular o caso das guerras civis. Ele não teoriza sobre elas, mas as concebe como fruto da discórdia, esta por sua vez advinda da situação de pecado do povo. Para compreender seu mundo convulsionado, e a seus olhos caótico, ele projeta sobre o passado recente, os tempos de Clóvis, a imagem da ordem cristã estabelecida por um rei católico, condição para a paz.

Por isso ele concebe os domínios francos como um *regnum Francorum*, fragmentado pelas sucessões e moralmente dividido pelas guerras entre os reis merovíngios. Nesse sentido é que seriam elas *bella civilia*.

Havia no seu modelo uma guerra construtiva, correspondente à afirmação da ordem cristã e católica defendida por Gregório, e uma guerra desintegradora, intimamente associada à situação de pecado de toda a sociedade, e que ameaçava solapar a ordem e a unidade. Ao atribuir a essa última o rótulo de guerra civil, o bispo de Tours fixava a imagem de uma Gália franca unificada, pela qual os monarcas cristãos deveriam velar.

⁴³ “[...] in Deum spem omnem ponentes [...] Non enim potest obtinere victuria, ubi talia perpetrantur”.

Fontes primárias

- AMMIANUS MARCELLINUS. *Rerum gestarum*. Texto latino e tradução de J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1982. 3v.
- GREGÓRIO DE TOURS. *Libri Historiarum X*. MGH. SS rer. Merov. t.1, v.1. Ed. B. Krusch e W. Levison. Hannover: Hahn, 1951.
- _____. *Histoire des Francs*. Tradução de Robert Latouche. Paris: Les Belles-Lettres, 1999. 2t.
- _____. De virtutibus Sancti Martini episcopi. In: _____. *Miracula et opera minora*. MGH. SS rer. Merov. t.1, v.2. Ed. W. Arndt e B. Krusch. Hannover: Hahn, 1885, p.584-661.
- JORDANES. *De origine actibusque Getarum*. MGH. Auct. ant. t.5, v.1. Ed. T. Mommsen. Berlin: Weidmann, 1882, p.53-138.
- ODO DE CLUNY. Vitae Gregorii. In: MIGNE, J.-P. (ed.). *S. Georgii Florentini Gregorii Turonensis episcopi opera omnia necnon Fredegarii scholastici epitome et chronicum cum suis continuatoribus et aliis antiquis monumentis*. Paris: Bibliothecae Cleri Universae, 1867 (Patrologia Latina, 71), col. 115-128.
- OROSIO. *Le storie contro i pagani*. Edição bilíngüe organizada por Adolf Lippold. Tradução de Aldo Bartulucci e Gioacchino Chiarini. Milano: Mondadori, 2001.
- VENÂNCIO FORTUNATO. *Opera poetica*. MGH. Auct. ant. t.4, v.1. Ed. F. Leo. Berlin: Weidmann, 1881.
- ZÓSIMO. *Nueva historia*. Tradução de José M.^a Candau Morón. Madrid: Gredos, 1982.

Bibliografia

- FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p.20.
- FLETCHER, *The barbarian conversion*: New York: Henry Holt, 1998.
- GOFFART, Walter. From *Historiae* to *Historia Francorum* and back again: aspects of the textual history of Gregory of Tours. In: NOBLE, Thomas F. X. ; CONTRENI, John J. (org.). *Religion, culture and society in the Early Middle Ages* : Studies in honor of Richard Sullivan. Michigan: Western Michigan University, 1987, p.55-76.
- HEERS, Jacques. *História medieval*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.21.
- HEINZELMANN, Martin. *Gregory of Tours* : history and society in the sixth century. Cambridge: University of Cambridge Press, 2001, p.108-115.
- JAMES, Edward. *The Franks*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- ROUCHE, Michel. *Clovis*. Paris: Fayard, 1996.
- VAN DAM, Raymond. *Saints and their miracles in Late Antique Gaul*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- WOOD, Ian. *The Merovingian kingdoms*. London: Longman, 1994.

Abreviaturas

Bíblia – Antigo Testamento

- 2Sm – Segundo Livro de Samuel.
2Rs – Segundo Livro dos Reis
Sl – Livro dos Salmos.

Bíblia – Novo Testamento

- Mt – Evangelho de Mateus.
Mc – Evangelho de Marcos.
Lc – Evangelho de Lucas.
Gl – Epístola de Paulo aos Gálatas.

Outras obras

MGH – *Monumenta Germaniae Historica*

- Auct. ant. – *Auctores antiquissimi*

- SS re, Merov. – *Scriptores rerum Merovingicarum*

LH – *Libri Historiarum* (Gregório de Tours)